

Cartilha para Inovação:

Onde e como conseguir recursos para o desenvolvimento de projetos envolvendo eletrônica

Florianópolis 2013



Sumário

POR QUE INOVAR?	3
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	4
PATENTES DE NEGÓCIOS INOVADORES	6
POR ONDE COMEÇAR QUANDO SE QUER INOVAR	7
PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA INOVAÇÃO	8
FOMENTO À INOVAÇÃO	9
PROGRAMAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS	10
PROGRAMA SUBVENÇÃO ECONÔMICA – FINEP	10
PROGRAMA RHAÉ - CNPQ	11
PAPPE - FAPESC	12
SINAPSE DA INOVAÇÃO - FAPESC/ SEBRAE-SC	13
SENAI-INOVAÇÃO	13
PROGRAMAS REEMBOLSÁVEIS	14
PSI INOVAÇÃO - BNDES	14
PROSOFT BNDES - EMPRESAS	15
PROENGENHARIA - BNDES	16
FINAME COMPONENTES	16
BNDES	16
FINEM INOVAÇÃO - BNDES	17
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	18
FLORIPA ANGELS	18
FUNDO SC	18
LINHAS DE CAPACITAÇÃO	19
SEBRAETEC	19
BENEFÍCIOS FISCAIS	20
LEI DO BEM	20
LEI DE INFORMÁTICA	20
PROGRAMA REDE CI-EPP - SIBRATEC	21
COOPERAÇÃO TÉCNICA	21



Por que inovar?

Empresas de tecnologia possuem conhecimento técnico avançado sobre seus produtos e muita disposição quando as ideias inovadoras surgem. Mas, em muitos casos, os empreendedores não sabem onde e como conseguir os recursos para financiar um projeto, e esse é o principal objetivo dessa cartilha.

É preciso conhecer para fomentar as ideias inovadoras, ampliar o ciclo de *expertise* e criar produtos ou aprimorar processos que tenham relevância no

mercado, para que façam a diferença. Sairá na frente quem tiver visão de futuro, souber buscar os parceiros certos e conhecer todas as formas possíveis para avançar.

A intenção da Cartilha Inovação é apresentar, de forma clara, os principais programas de fomento e financiamento à inovação, além de programas de capacitação e de aprimoramento da gestão inovadora capazes de nortear os negócios.





Processo de desenvolvimento de produtos

O processo de desenvolvimento de produtos inovadores envolve uma série de critérios que devem ser realizados de acordo com o produto idealizado e a sua expectativa de entrada no mercado. Desta forma, se você já tem uma boa **Ideia** na mão, esse é o primeiro passo!

Aqui, utiliza-se, como exemplo, o desenvolvimento de produtos que envolvem sistemas eletrônicos, mas o desenvolvimento de softwares, de projetos mecânicos ou mesmo o design de produtos pode seguir a mesma linha.

O ponto de partida é a concepção da Ideia, definir o que será feito e para qual público. É importante salientar que uma ideia não precisa sair do zero, ela pode representar a melhoria tecnológica de um produto ou o aprimoramento de um processo já existente. A partir daí é realizado o **Conceito do Produto**, em que são desenvolvidas diferentes atividades, como: análise de viabilidade técnica e econômica (verificar se a proposta terá aceitação e preço acessível), análise prévia de mercado, definição do escopo do projeto (quais atividades serão reali-

zadas), definição de equipe de desenvolvimento (poderá ser interna ou externa à empresa), definição do cronograma de desenvolvimento (estabelecida dentro de uma metodologia própria), e levantamento de custos (estimada de todo o projeto).

Em uma terceira etapa, são iniciadas ações de desenvolvimento do produto **Eletrônico** em si, que envolvem uma série de atividades, desde a investigação de produtos, tecnologias e fornecedores até a produção final da documentação tecnológica para manuais de utilização e

produção em escala, que dará as diretrizes para o desenvolvimento do projeto.

Uma quarta etapa considera o processo de **Produção**, que envolve a definição dos fabricantes e o acompanhamento técnico necessário para que o lote piloto seja fabricado com qualidade e eficiência. Entre as ações, é possível citar: lote piloto, certificação do produto e validação do projeto.

Fechando o ciclo e iniciando a etapa de inovação está a **Venda** para o mercado planejado. É nessa fase que o produto

se tornará inovador, ganhará mercado e promoverá a revolução para qual se propôs.

A venda é a alma de qualquer negócio, é a realização e a confirmação de que aquilo tudo que foi feito vai garantir o sucesso da empresa e dos sócios. Se o processo de venda for realizado como planejado, dará respaldo para que todo esse ciclo (ideia – conceito do produto – eletrônico – produção – venda) se inicie novamente e a gestão de produtos inovadores seja parte presente no negócio.





Patentes de negócios inovadores

A patente é uma etapa fundamental no desenvolvimento de produtos inovadores. Ela é uma concessão pública e, no Brasil, aprovada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

A patente é de extrema importância para os projetos que envolvem inovação tecnológica, seja para resguardar o direito de remuneração à ideia inovadora, seja para garantir que a proposta não será copiada de forma fácil pelos concorrentes.

Para ter a patente de um produto é preciso fazer o depósito no INPI. A empresa pode optar por fazer o depósito de forma direta ou por meio de um escritório especializado na área de marcas e patentes, que possui conhecimento sobre as melhores formas de redação, de maneira a garantir os direitos das empresas que fizeram o depósito. Um dos pontos fundamentais nesse processo de depósito é a redação técnica que vai descrever a patente. É nela que o analista do INPI vai se basear para conceder ou não o pedido.

A etapa de um depósito de patente

varia em cada projeto, mas, em muitos deles, ela é feita logo após a validação do protótipo. Existem dois tipos de patentes: a Patente de Invenção (PI), que tem validade de 20 anos e é concedida para produtos ou processos que atendam aos requisitos de atividade inventiva, novidade e aplicação industrial; e a Modelo de Utilidade (MU), com validade de 15 anos, e voltada para um objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação. Nos dois casos, o prazo de validação é contado a partir do depósito.

Antes de escrever uma patente é preciso que a ideia seja única no mercado e ainda não patenteada. Também é importante que ideias similares sejam pesquisadas e para isso o INPI possui um banco de patentes completo para a realização da pesquisa.

Para saber mais, indicamos o seguinte link: http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia_basico_patentes.



Por onde começar quando se quer inovar

Produtos inovadores nascem de boas ideias. Simples, não? Nem sempre. Além das boas ideias, para que sejam de fato uma inovação é preciso que tenham aceitação no mercado.

Mas, as boas ideias surgem em muitos locais e é preciso parceiros para o desenvolvimento da melhor estratégia de produto ou inserção no mercado. O primeiro passo para quem quer inovar, é conhecer.

Que tal começar pelo Portal Inovação (<http://www.portalinovacao.mct.gov.br>)? Ele é voltado para quem quer inovar, mas não sabe como.

Se você já sabe qual caminho trilhar, o Portal Inovação também pode ajudar.

Nele é possível ter acesso às fontes de fomento, banco de pesquisadores, informações estratégicas, além de uma rede de relacionamento, com quem será possível prospectar novas iniciativas.





Parcerias estratégicas para inovação

O desenvolvimento de negócios inovadores envolve uma série de atividades. Além disso, contar com parceiros nesse processo é fundamental para compartilhar iniciativas, trocar experiências e buscar conhecimento técnico eficiente para o desenvolvimento de produto. Nesse sentido, muitas empresas têm unido esforços para fomentar ações inovadoras no mercado.

No caso de pequenas e médias empresas, a cooperação tecnológica entre os empreendimentos é bastante comum.

A proposta inicial é conhecer seus possíveis parceiros, criar uma relação de confiança com ele, em que seja possível desenvolver da melhor forma possível o produto desejável e, assim, ter a garantia real de que o mesmo seja inovador no mercado.



Fomento à inovação

A somatória de recursos disponível para o projeto de desenvolvimento de produtos inovadores é fundamental e, muitas vezes, restritiva às ideias inovadoras, visto que algumas empresas não dispõem de recursos próprios para o desenvolvimento de suas propostas. Em casos comuns de concessão de crédito, o bem intangível é sempre difícil de se mensurar e bancos comuns exigem garantias reais para a concessão de recursos para projetos inovadores.

Nos últimos nove anos, os governos Federal, de Estados e Municípios

criaram programas específicos para o fomento à inovação tecnológica. Em Santa Catarina não é diferente. Tanto o Estado quanto o município de Florianópolis, por exemplo, possuem uma Lei de Inovação, que possibilitam uma série de atividades, entre elas o fomento à inovação na modalidade não-reembolsável. Além disso, diversos recursos podem ser conquistados em programas específicos para tal fim.

Aqui, serão descritos alguns dos programas desenvolvidos em Santa Catarina e no Brasil.



Programas não-reembolsáveis



Programa Subvenção Econômica – Finep

Objetivo: Esse programa visa ampliar as atividades de inovação com recursos não-reembolsáveis e incrementar a competitividade das empresas brasileiras. A subvenção pode ser aplicada no custeio de atividades de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação.

Recursos: O valor de subvenção é variável e se modifica a cada edital. Em 2010, por exemplo, as empresas poderiam pleitear entre R\$ 500 mil e R\$ 10 milhões, sendo que os valores solicitados pelas empresas não poderiam exceder o faturamento bruto das empresas no ano anterior.

Contrapartidas: O percentual é diferenciado pelo porte das empresas.

Áreas prioritárias: As áreas consideradas prioritárias são definidas a partir da política de desenvolvimento adotada pelo governo Federal. Em 2010, os temas selecionados foram: tecnologias da informação e comunicação, energia, biotecnologia, saúde, defesa e desenvolvimento social.

Elegíveis: Microempresa ou empresa de pequeno porte, pequena empresa, média empresa/ média-grande empresa, e grande empresa.

Diferenciais: A Finep permite o uso de contrapartida de programas compartilhados da agência de fomento, ou seja, é possível oferecer como contrapartida recursos de outros programas, como Juro Zero e Inova Brasil.

Mais informações: www.finep.gov.br



Programa RHAE - CNPq

Objetivo: O Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE) é operado pelo CNPq desde 1997 e em 2007 passou a conceder bolsas para mestres e doutores se fixarem em micro, pequenas e médias empresas. A proposta é fomentar projetos que estimulem a inserção desses pesquisadores nas empresas.

Recursos: Os recursos são variáveis por edital, sendo que em 2012, os recursos disponíveis foram de R\$ 60 milhões na distribuição de bolsas. O valor é não-reembolsável.

Contrapartidas: O valor mínimo da contrapartida é de 20% do valor solicitado.

Áreas prioritárias: As áreas prioritárias são definidas a partir de programas governamentais. São consideradas ações dentro dos Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas, Programas Para Fortalecer a Competitividade e Programas

para Consolidar e Expandir a Liderança.

Modalidades: São duas modalidades de apoio. Para os projetos iniciais, que envolvem apoio à atividade de pesquisa concentrada na prospecção tecnológica de uma ideia nova e inovadora relativa a produto, processo ou serviço a ser desenvolvido ou melhorado, podem ser solicitados recursos de até R\$ 150 mil. A segunda modalidade é voltada para projetos em andamento, que prevê propostas em desenvolvimento na empresa e o apoio financeiro para sua maturação ou finalização. Os recursos solicitados podem ser de até R\$ 400 mil.

Elegíveis: Microempresa, empresa de pequeno porte, média empresa e grande empresa.

Diferenciais: O edital é dividido, com três chamadas de projetos rodadas durante o ano.

Mais informações: www.cnpq.br



Pappe - Fapesc

Objetivo: O Pappe é um programa da Finep, operacionalizado pelos estados. Em Santa Catarina, é coordenado pela Fapesc. Seu objetivo é selecionar propostas de micro e pequenas empresas para o fomento não-reembolsável, na modalidade de subvenção econômica, para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores.

Recursos: Os recursos variam de acordo com o ano de chamada. Em 2012, foram na ordem de R\$ 3 milhões, sendo que os projetos poderiam solicitar no mínimo R\$ 100 mil e no máximo R\$ 250 mil.

Contrapartidas: A contrapartida varia conforme o porte da empresa. Para as micro, a contrapartida é de 5%, para as pequenas, 10%.

Áreas prioritárias: As áreas são definidas de acordo com as políticas públicas do governo. Em 2012, foram considerados os seguintes setores: eletrometal-

-mecânico; tecnologia da informação e comunicação; tecnologia de alimentos, agricultura familiar e segurança alimentar; plástico e químico; têxtil e confecções; móveis; semicondutores e software; biotecnologia; ganho de eficiência energética; áreas degradadas; educação; segurança pública.

Elegíveis: Microempresas ou empresas de pequeno porte.

Diferenciais: Na última edição do programa, em 2012, a Fapesc previu a interlocução de programas desenvolvidos por ela, sendo que concedeu maior possibilidade na concessão de recursos para empresas que são bem sucedidas no Programa Sinapse da Inovação ou abriguem colaboradores formados pelo Programa geraçãoTEC.

Mais informações:
www.fapesc.sc.gov.br

Sinapse da Inovação - Fapesc/ Sebrae-SC

Objetivo: A proposta desse programa é transformar ideias inovadoras em negócios de sucesso. As ideias podem nascer de teses, dissertações, trabalhos científicos ou tecnológicos, e serem desenvolvidas por estudantes, profissionais ou pesquisadores.

Recursos: Os projetos aprovados no programa recebem R\$ 50 mil, sendo que são aprovados 100 propostas por edital.

Contrapartidas: É de 5%.

Áreas prioritárias: O programa divide temas e setores prioritários. Entre os temas estão: biotecnologia, design, eletroeletrônica, energia, materiais, mecânica, meio ambiente, nanotecnologia, tecnologia da informação e comunicação, e tecnologias sociais.

Elegíveis: Pessoas físicas detentoras da ideia inovadora.

Diferenciais: Ao contrário dos demais

programas de fomento à inovação, esse financia a ideia para que ela se consolide em uma empresa de sucesso. Não se trata apenas de um projeto tecnológico. Além disso, para ser premiado no Sinapse, o dono da ideia precisa ter uma boa aceitação do público, que vota nos melhores projetos.

Mais informações:
www.sinapsedainovacao.com.br

Senai-Inovação

Objetivo: O edital Senai, Sesi Inovação tem como proposta apoiar projetos de inovação tecnológica e social em produtos, processos e serviços do setor industrial, com o uso dos laboratórios dos departamentos regionais do Senai ou Sesi.

Recursos: Os recursos são de R\$ 20 milhões para projetos desenvolvidos em parceria com o Senai. O valor limite é R\$ 400 mil.



Programas reembolsáveis

PSI Inovação - BNDES

Contrapartidas: As contrapartidas são definidas por cada departamento regional, sendo que podem ser consideradas despesas econômicas ou financeiras.

Modalidades: Os projetos podem se enquadrar em duas modalidades: Inovação Tecnológica e Tecnologia Social Inovadora.

Elegíveis: Departamentos regionais do Senai ou Sesi e, obrigatoriamente, uma empresa do setor industrial.

Diferenciais: Além dos recursos previstos na chamada, os projetos têm à disposição R\$ 2,5 milhões em bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), que são concedidas pelo CNPq.

Mais informações:

www.portaldaindustria.com.br

Objetivo: O programa tem como objetivo apoiar o aumento da competitividade por meio de investimentos em inovação e projetos de engenharia para estimular o aprimoramento das competências e do conhecimento técnico no país.

Recursos: O valor mínimo de pedido é de R\$ 1 milhão, sendo que a participação do BNDES no projeto pode ser de até 90%.

Modalidades: Projetos de Inovação e Planos de Engenharia.

Taxas de Juros: Em 2012, as taxas eram de 4% a.a para financiamento de investimento em inovação e 5,5% a.a. para atividades de engenharia.

Áreas prioritárias: Para os planos de inovação, as ações podem envolver iniciativas contínuas ou estruturantes, além de processos, marketing, aprimoramento de competências ou conhecimento técnico. Já para os projetos de engenha-



ria são considerados os seguintes setores: bens de capital, defesa, automotivo, aeronáutico, aeroespacial, nuclear, petróleo e gás, químico e petroquímico.

Diferenciais: Para plano de inovação, o prazo total de financiamento é de 10 anos, incluídos 4 anos de carência; para os planos de engenharia o prazo é de até 8 anos, incluídos 2 anos de carência.

Mais informações: www.bndes.gov.br

Prosoft BNDES - Empresas

Objetivo: O Programa de Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação do BNDES (Prosoft) visa fortalecer o processo de P&D no setor e fomentar a melhoria da qualidade de produtos e processos associados.

Modalidades: Empresas, Comercialização e Exportação.

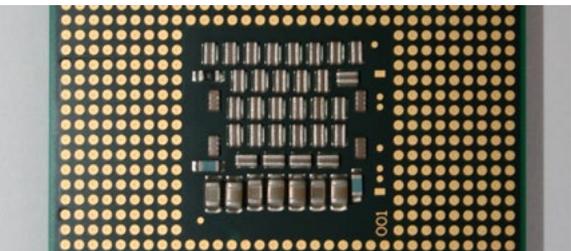
Recursos: Financiamentos até R\$ 10 milhões e financiamentos a partir de R\$ 10 milhões para operações diretas, sendo que a participação do BNDES pode chegar a até 100%.

Taxas de juros: Na modalidade Empresa, a taxa é diferenciada pelo porte da empresa e por projeto. Em 2012, no caso de desenvolvimento de software, a taxa era a TJLP, mais 1% ou 1,5% a.a.

Áreas prioritárias: Desenvolvimento de software em todas as suas modalidades; ou prestação de serviços e terceirização (outsourcing) de TI; e call centers, contact centers e outros classificados como ITES-BPO (IT Enabled Services - Business Process Outsourcing).

Diferenciais: O plano de negócios deverá ser encaminhado e pré-aprovado pela SOFTEX ou por instituições financeiras parceiras.

Mais informações: www.bndes.gov.br





Proengenharia - BNDES

Objetivo: O Programa BNDES de Apoio à Engenharia (Proengenharia) tem como objetivo financiar a engenharia em setores específicos com a proposta de estimular competências e conhecimento técnico do país.

Recursos: O valor mínimo do financiamento é R\$ 3 milhões, sendo que a participação do BNDES pode chegar a 90%.

Taxas de juros: Para apoio direto, as taxas são: Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito.

Áreas prioritárias: Os projetos serão apoiados se estiverem estabelecidos nas áreas: bens de capital, defesa, automotivo, aeronáutico, aeroespacial, nuclear, petróleo e gás, químico e petroquímico.

Diferenciais: O programa apoia ainda serviços de engenharia de projetos conceituais e de engenharia básica, exe-

cutados por empresas de engenharia consultiva desde que dentro das áreas prioritárias.

Mais informações: www.bndes.gov.br

Finame Componentes BNDES

Objetivo: O programa de Aquisição de Peças, Partes e Componentes de Fabricação Nacional do BNDES (Finame Componentes) tem como objetivo financiar a aquisição de peças, partes e componentes de fabricação nacional para incorporação em máquinas e equipamentos ou desenvolvimento e serviços tecnológicos relacionados à produção ou desenvolvimento de máquinas e equipamentos. As intermediações são por meio de agentes financeiros credenciados.

Taxas de juros: A taxa de juros pode ser fixa ou variável. Se for fixa, é de 5% a.a, ainda há 1,5% de remuneração básica

do BNDES e a remuneração de intermediação financeira.

Diferenciais: Micro, pequenas e médias empresas estão isentas da taxa de intermediação financeira. Além disso, para operações com taxa de juros fixa: até 3 anos para amortização, incluída a possibilidade de 3 ou 6 meses de carência.

Mais informações: www.bndes.gov.br

Finem Inovação - BNDES

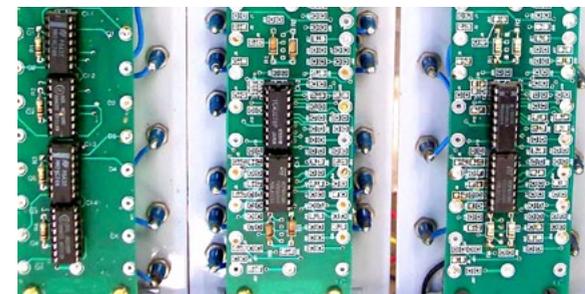
Objetivo: O programa Finem do BNDES possui um escopo de atuação bem amplo, com linhas específicas para vários setores. Na área de inovação, existe o BNDES Inovação que tem como proposta apoiar o aumento da competitividade por meio de investimentos em inovação compreendidos na estratégia de negócios da empresa, contemplando ações contínuas ou estruturadas para inovações em produtos.

Recursos: O valor mínimo dos projetos deve ser de R\$ 1 milhão e a participação do BNDES pode chegar a 90%.

Taxas de Juros: As taxas são a TJLP e a taxa de risco de crédito, que é isenta para clientes com faturamento até R\$ 90 milhões.

Diferenciais: Nessa linha, o BNDES também considera que o apoio à inovação poderá se dar também por meio de uma operação mista, isto é, combinando o financiamento com a subscrição de valores mobiliários, ou seja, o BNDES pode fazer aporte de capital à empresa, como um investidor.

Mais informações: www.bndes.gov.br



Fundos de investimentos

Os fundos de investimento são uma ótima oportunidade para que as empresas consigam alavancar recursos de forma mais rápida, porém não é uma ação simples. No caso de empresas nascentes, o investimento de um fundo considerado Seed envolve uma série de critérios. O mais importante nesses casos é que além dos recursos financeiros, geralmente, os fundos Seed também investem na área de gestão, levando a expertise dos investidores para dentro dos negócios nascentes. Aqui listamos alguns fundos para empresas nascentes que atuam na Grande Florianópolis.

Floripa Angels

Quem são? É uma Associação de Business Angels (investidores anjos). Nesse caso, criada por investidores privados e informais.

Perfil de empresas: São selecionados projetos de empresas recém-criadas ou em fase de pré-operação. O fundo ainda

dá preferência para empresas de tecnologia (provedoras de serviços de internet, softwares e sistemas digitais).

Passo inicial: O processo de investimento envolve uma série de ações. A primeira delas é o envio de um sumário executivo, que deve conter, entre outros pontos, a descrição do produto ou serviço, do mercado e o investimento desejável.

Valor do investimento: R\$ 30 mil a R\$ 1 milhão.

Período de investimento: Varia de acordo com as necessidades de cada empresa e pode ser de 3 a 5 anos.

Mais informações:
www.floripaangels.org

Fundo SC

Quem são? Gerido pela empresa BZ-Plan, em parceria com a gestora mineira



Linhas de capacitação

Sebraetec

FIR Capital, o fundo faz investimentos diretos em empresas inovadoras.

Perfil de empresas: Pequenos negócios na área de tecnologia, sendo que o fundo dá preferência para empreendimentos das áreas de tecnologia da informação e comunicação, biotecnologia, nanotecnologia, e spin-offs empresariais inseridos em Arranjos Produtivos Locais (APL).

Passo inicial: Envio de um sumário executivo do negócio, sendo que o fundo solicita que seja em formato de apresentação. Não é necessário ter uma empresa aberta para enviar o plano de negócio.

Mais informações: www.bzplan.bz

Como funciona: Pelo Sebraetec, o Sebrae-SC subsidia uma série de serviços prestados por empresas especializadas em tecnologia e inovação, com a proposta de otimizar resultados de gestão, aperfeiçoar processos ou produtos de pequenas empresas.

Perfil: Empresas que tenham um faturamento mínimo de R\$ 240 mil e máximo de R\$ 2,5 milhões ao ano.

Linhas de apoio: O Sebraetec possui uma série de linhas, entre elas, o Inova, Inovação e Indicações Geográficas.

Mais informações:
www.sebrae-sc.com.br



Benefícios fiscais

Lei do Bem

A chamada Lei do Bem (Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005) cria uma série de incentivos fiscais, principalmente para empresas que investem em inovação.

Benefícios: Entre os benefícios concedidos pela legislação estão:

- deduções de Imposto de Renda e da Contribuição sobre o Lucro Líquido - CSLL de dispêndios efetuados em atividades de P&D;
- redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de máquinas e equipamentos para P&D;
- isenção do Imposto de Renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

As informações sobre as ações de tecnologia desenvolvidas a partir da premissa da Lei do Bem devem ser relatadas ao MCT anualmente. O benefício é concedido especialmente para empresas que estão na base do Lucro Real.



Lei de Informática

A Lei de Informática concede redução de IPI sobre produtos, desde que as empresas comprovem investimentos em P&D. O valor de redução do imposto pode chegar a 80%, até 2014. O percentual de investimento em P&D varia de acordo com o faturamento da empresa, até R\$ 15 milhões ou acima de R\$ 15 milhões. E empresas que faturam mais, devem investir obrigatoriamente fora do empreendimento.

Pequenas empresas instaladas em incubadoras credenciadas pelo MCT podem prestar serviços tecnológicos para empresas que são beneficiadas pela Lei de Informática e, nesses casos, o investimento é considerado externo.

Ao contrário da Lei do Bem, para usufruírem dos benefícios dessa legislação é preciso um cadastro prévio no MCT. Somente o ministério poderá conceder o benefício fiscal. Existe uma série de atividades, que aos olhos da lei, são consideradas como P&D. Entre elas: serviço científico e tecnológico de assessoria, consultoria, estudos, ensaios, metrologia, normalização, gestão tecnológica, fomento à invenção e inovação, gestão e controle da propriedade intelectual.



Cooperação Técnica

Programa Rede CI-EPP - Sibratec

Objetivo: gerar e transformar conhecimentos científicos e tecnológicos em produtos, processos e protótipos com viabilidade comercial para promover inovações radicais ou incrementais na área de eletrônica. Tem como principal linha de atuação congrega Centros de Inovação (CIs) e Empresas Brasileiras na prática da Inovação em produtos e processos, desenvolvendo Projetos de Inovação Tecnológica. Em Florianópolis, é operacionalizado pelo LABelectron da Fundação Certi.

Recursos: O projeto proposto deverá ter um valor máximo de R\$ 1,5 milhão, o mínimo é de R\$ 0,5 milhão.

Contrapartidas: o aporte de contrapartida financeira é obrigatório. Para microempresas com faturamento até R\$ 2,4 milhões o aporte mínimo em relação aos recursos aportados pelo FNFCT é de 5%; pequenas entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 16 milhões é de 10%; médias en-

tre R\$ 16 milhões e R\$ 90 milhões é de 50%; grandes acima de R\$ 90 milhões; e para organizações empresariais não se aplica faturamento e o aporte mínimo é de 50%.

Áreas prioritárias: O foco da Rede e de seus projetos é a Eletrônica que integrará produtos/sistemas.

Elegíveis: Microempresa, empresa de pequeno porte, média empresa, grande empresa e organizações empresariais.

Diferenciais: A rede é dividida em quatro rodadas durante o ano.

Mais informações:

<http://www.redepp.org.br>





A Lógica E é uma empresa de tecnologia e inovação, instalada em Florianópolis, que nasceu a partir de uma ideia apoiada pelo Programa Sinapse da Inovação – Operação SC III. Atua no desenvolvimento de sistemas eletrônicos para empresas dos setores: automotivo, agropecuário, máquinas e equipamentos, energia, saúde e telecomunicações. Foi escolhida entre as 100 melhores propostas de negócio e vista com forte potencial de mercado.

O negócio da Lógica E parte da premissa de compartilhamento de conhecimento. Como a empresa atua na área de tecnologia eletrônica (hardware e firmware), ela decidiu apresentar as informações sobre como e onde conseguir recursos para desenvolver projetos nessa linha.

As informações sobre fontes de recursos são muitas vezes desarticuladas e centradas em cada agência de fomento. Com a perspectiva de mudar esse cenário, a Lógica E teve a iniciativa de unir as informações e compartilhar conhecimento por meio da Cartilha Inovação que se materializa nesse documento.

Nesse sentido, Lógica E e Fapesc, por meio do Sinapse da Inovação, promovem não só a ampliação de um negócio nascente, mas fortalecem toda uma rede de empresas de tecnologia na área de eletrônica que poderão, a partir de agora, encontrar em um só material mecanismos para fomentar seus negócios e projetos.

Cartilha para Inovação: onde e como conseguir recursos para o desenvolvimento de projetos envolvendo eletrônica

Promoção:

Lógica E, Sebrae-SC

Projeto editorial: Tatiana Fiuza, Rosângela Longhi e Davi Leon

Texto: Tatiana Fiuza (JP 3013 - DF)

Revisão: Rosângela Longhi (JP 02.413 - SC)

Diagramação e ilustração: Davi Leon

Florianópolis, 2013.

Tiragem: 2 mil exemplares

Material concebido por meio do Programa Sinapse da Inovação – Operação SC III.



